



Breves Notas

Posse da nova diretoria da AGMP será dia 31

Foto: Lúcia Oliveira



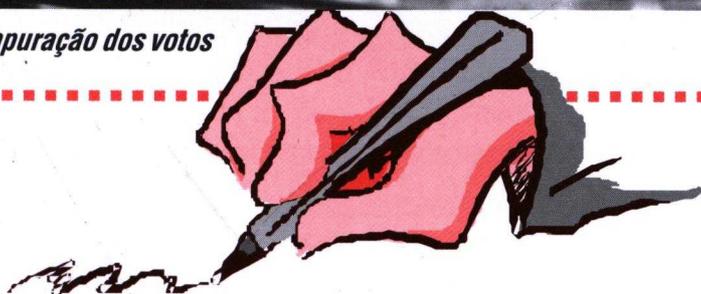
Yara Alves (direita), durante a apuração dos votos

Está marcada para as 20 horas do dia 31 de janeiro, no Auditório José Pereira da Costa, a posse da nova Diretoria da Associação Goiana do Ministério Público, que tem à frente a colega Yara Alves Ferreira e Silva. No mesmo dia, às 9 horas, será realizada Assembleia Geral Ordinária para prestação de contas da atual direção da entidade. Todos os associados estão, desde já, convidados a comparecer.

Páginas 3 e 12

*AGMP
contará com
quatro
delegados no
Fórum
Social
Mundial*

Página 11



*Plano Geral de Atuação
reelege combate à evasão
escolar como meta
prioritária para 2002*

Páginas 4 e 5

*Pecúlio não
significa só
patrimônio,
mas também
(e muito
mais)
solidariedade*

Página 9



AGENDAAGENDAAGENDAAGENDAAGENDA

■ Curso Direito da Infância e da Juventude

Goiânia, 18 de fevereiro

Promoção: Fundação Escola Superior do Ministério Público de Goiás

Período: 18 de fevereiro a 27 de março, com aulas das 19h30 às 21h25, às segundas, quartas e sextas-feiras.

Informações e inscrições: Fesump, fone (62) 285-4142. E-mail: fesump.go@cultura.com.br

■ Palestra sobre Gestão da Empresa

Goiânia, 21 de fevereiro, às 9 horas

Promoção: Fundação Escola Superior do Ministério Público de Goiás

Tema: Gerindo o Capital Intelectual e Afetivo

Palestrante: Viviane Teles

Informações: Fesump, fone (62) 285-4142. E-mail:

fesump.go@cultura.com.br

■ Palestra sobre Redimensionando o Saber

Goiânia, 23 de fevereiro, às 9 horas

Promoção: Fundação Escola Superior do Ministério Público de Goiás

Tema: Instrumento Facilitadores (Técnicas e Dinâmicas)

Palestrante: Adalgisa Regina Teixeira

Informações: Fesump, fone (62) 285-4142. E-mail:

fesump.go@cultura.com.br

■ Curso de Pós-Graduação em Direito Tributário

Goiânia, março de 2002 a março de 2003

Promoção: Instituto Brasil Ensino e Pesquisa (Ibep), em convênio com Universidade Católica de Goiás e Instituto Goiano de

Direito Tributário

Carga horária: 360 horas

Matriz curricular: dividida em três módulos (especial, específico e instrumental), com aulas quinzenas às sextas-feiras (tarde/noite) e aos sábados (manhã/tarde)

Informações e inscrições: (62) 281-2027 e 281-2018

■ 2º Encontro Nacional do Ministério Público do Consumidor

Maceió, 22 a 24 de maio

Promoção: Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor

Informações: (82) 231-8238

■ 3º Encontro do Ministério Público da Região Amazônica

Palmas (TO), 28 a 31 de maio

Promoção: Associação Tocantinense do Ministério Público

Informações: (63) 215-3602

ENCONTRO PROMOVIDO PELO MP DISCUTE COMBATE ÀS DROGAS

Por iniciativa da colega Carla Brant, foi realizado, de 19 a 21 de dezembro, em Jaupaci, o 1º Encontro Intermunicipal de Mobilização para a Prevenção e Combate às Drogas, direcionado aos alunos, pais,

professores e a comunidade em geral. A idéia do evento surgiu em decorrência do elevado índice de adolescentes com dependência química, que começaram a praticar crimes e a não frequentar a escola.

A maioria das atividades do encontro esteve voltada para práticas desportivas, a começar com uma maratona simbólica, na qual os jovens de Israelândia e Jaupaci carregaram a tocha olímpica. Também houve a par-

ticipação de grupos de teatro cujos atores foram ex-dependentes químicos que contaram as suas experiências. A abertura do encontro contou com a presença de representantes da administração superior do MP.



Breves Notas

Informativo da Associação Goiana do Ministério Público

Rua T-29, esq. c/ T-9, nº 1.758 – Setor Bueno. Fone (62) 285-6660. Fax (62) 251-1798. CEP 74215-050 – Goiânia – GO. E-mails: agmp@agmp.org.br, presidencia@agmp.org.br,

tesouraria@agmp.org.br, contabilidade@agmp.org.br, informatica@agmp.org.br, samp@agmp.org.br, secretaria@agmp.org.br e diretoria_social@agmp.org.br. **Presidente:** Mozart Brum Silva. **1º Vice-Presidente:** Lenir Pedrosa Soares Correia. **2º Vice-Presidente:** Sandra Beatriz F. de Paula Dias. **1º Secretário:** Fernando Aurvalle da Silva Krebs. **2º Secretário:** Fernando Braga Viggiano. **1ª Tesoureira:** Marilda Helena Vasconcelos. **2ª Tesoureira:** Deusivone Campelo Soares. **Diretor de Relações Públicas:** Celso C. Batista. **Conselho Fiscal/Titulares:** Jefferson Xavier de Souza Rocha, Valéria Marques Freitas, Aguinaldo Bezerra Lino Tocantins. **Conselho Fiscal/Suplentes:** Leandro Pereira Colombano e Milton Marcolino dos Santos Júnior. **Diretorias:** **Samp:** Max Esteves Pereira (diretor-geral) Valéria Cristina de Paula Magalhães e João Lacerda Jubé (Conselho Gestor). **Social:** Odiléia Fiori Tosi. **Social Adjunta:** Carla Fleury de Souza **Patrimônio:** Ário Augusto de Brito. **Estudos Jurídicos:** Aylton Flávio Vechi. **Cultural:** Eduardo Abdon Moura. **Assuntos Institucionais:** Rodolfo Pereira Lima Júnior. **Esportes:** Clíneo Xavier Cordeiro. **Turismo:** Maria Thereza de Araújo Costa. **Convênios:** Lauro Machado Nogueira. **Prerrogativas Constitucionais:** Deusdete Carnot Damascena. **Jornalista Responsável:** Luiz Spada (Reg. Prof. GO582JP). **Editoração Eletrônica:** Casa das Letras. Fone (62) 259-8188

ELEIÇÕES NA AGMP

Posse da nova diretoria será dia 31, às 20 horas

Foto: Lúcia Oliveira

Está marcada para o dia 31 de janeiro, às 20 horas, no Auditório José Pereira da Costa, a posse da nova diretoria da Associação Goiana do Ministério Público, que tem à frente a colega Yara Alves Ferreira e Silva. Logo após a solenidade de posse, será oferecido coquetel aos presentes para comemorar mais essa importante etapa na vida de nossa entidade.

A chapa Unidade no Trabalho, liderada por Yara, saiu-se vencedora do processo eleitoral da AGMP, realizado dia 14 de dezembro. Foram 225 votos, contra os 175 depositados em favor da chapa AGMP para Todos, que tinha à frente o colega Aylton Flávio Vechi – também foram registrados 3 votos em branco e 1 nulo. No total, compareceram à Associação 405 associados, de um total de 456 aptos ao voto (portanto, 51 abstenções). Em percentuais, a Unidade do Trabalho obteve 54% dos votos válidos, enquanto a AGMP para Todos ficou com 46%.

Para o atual presidente da AGMP, Mozart Brum Silva, o processo eleitoral foi bastante rico para a categoria, no qual sempre prevaleceu a democracia. Em tom descontraído, Mozart afirmou que o resultado das urnas talvez se deveu ao fato de que a mensagem de uma AGMP



Os candidatos a presidente acompanharam a apuração, ao lado da comissão eleitoral

para todos não representava uma novidade para os associados. “Afim, a Associação sempre foi de todos, tanto dos aposentados, que muito contribuíram na edificação de nosso patrimônio físico e moral, bem como daqueles

que hoje nos honram e que sempre tiveram a AGMP a sua disposição. Sem falar no fato de que a unidade no trabalho sempre foi, e continua a ser, um desafio para todos que integram a instituição, com tantas diversidades.”

PROPOSTAS

A chapa Unidade no Trabalho foi eleita com base em várias propostas apresentadas à categoria. Em relação à política institucional, por exemplo, destaca-se a defesa das prerrogativas e dos interesses do Ministério Público e de seus integrantes.

Em relação à área de serviços, são propostas da nova diretoria, entre outras, a manutenção da qualidade dos serviços do SAMP e cuidar da modernização das instalações dos consultórios odontológicos. Já na área cultural, estão a reativação e o redimensionamento dos grupos de estudo, bem como a garantia de maior integração das regionais com a diretoria, e vice-versa.

A NOVA DIRETORIA

Presidente: Yara Alves Ferreira e Silva

1º Vice-Presidente: Marcus Antônio F. Alves

2º Vice-Presidente: Marcos Abreu e Silva

1º Secretário: Deusdete Carnot Damascena

2ª Secretária: Maria Bernadete R. Crispim

1º Tesoureiro: Maurício Gonçalves Camargo

2º Tesoureiro: Ricardo Rangel de Andrade

Relações Públicas: Juliano de Barros Araújo

Conselho Fiscal

Efetivos: Joel Santana Braga, José Alves Pereira e Celso Leardini

Suplentes: Alencar José Vital, Marcelo André de Azevedo e Cláudia M^a Rojas de Carvalho

MINISTÉRIO PÚBLICO GOIANO

Definido o Plano Geral de Atuação para 2002

Depois de analisar dados levantados em 2001 pelos promotores de justiça, que dão conta, por exemplo, que a grande maioria dos municípios goianos não fiscaliza nem a evasão de alunos das escolas nem o transporte escolar, o Colégio de Procuradores de Justiça, ao aprovar, dia 17 de dezembro, o Plano Geral de Atuação do Ministério Público para 2002, decidiu que deve ser dada continuidade ao programa de atuação integrada para a garan-

tia do direito à educação. O objetivo é efetivar o acesso ao ensino de qualidade e a permanência do aluno na rede escolar, cuja meta envolverá três áreas de atuação do MP: infância e juventude, cidadania e patrimônio público.

Durante todo o ano, em todas as comarcas do Estado, os promotores de justiça promoveram uma verdadeira empreitada de levantamento de dados relativos à situação da educação oferecida pelas escolas da rede pública, inclusive quanto à correta aplicação dos recursos públicos e à oferta de transporte escolar. Com isso, chegou-se à constatação de

que na maioria não há fiscalização do Poder Público. Em alguns municípios, a situação começou a ser revertida a partir da assinatura de termos de ajustamento de conduta para implantação do Programa de Combate à Evasão Escolar – isso ocorreu em Barro Alto, Bela Vista, Cristalina, Crixás, Indiará, Ipameri, Itaguaru, Orizônia, Posse, Rialma, Urutaí e Vianópolis. Em outros (como Jaraguá e Porangatu), o mesmo procedimento foi adotado em relação ao transporte de alunos.

Assim, este ano, os promotores de justiça seguirão diretrizes que visam combater a evasão escolar median-

te mecanismos extrajudiciais e judiciais de controle e prevenção, bem como de outros voltados para o ingresso do aluno e a sua permanência na escola. Outras diretrizes visam cobrar o regular funcionamento dos conselhos escolares e de acompanhamento e controle social do Fundef, fiscalizando a aplicação dos recursos; coibir o transporte inadequado ou irregular de alunos, exigindo a prestação contínua e digna do serviço, e estimular a atuação dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente na deliberação de políticas públicas.



GARANTIA DE CONSUMO DE ALIMENTOS COM QUALIDADE TAMBÉM É META PRIORITÁRIA DO PLANO GERAL DE ATUAÇÃO

Na reunião do Colégio de Procuradores de Justiça, também foi eleito como meta prioritária do Plano Geral de Atuação de 2002 o desenvolvimento de programa de atuação a fim de garantir o consumo de alimentos com qualidade. Essa decisão partiu da análise dos dados apresentados pelo Centro de Apoio Operacional do Consumidor relativos a 182 dos 246 municípios goianos, que dão conta que a situação no Estado é estarrecidora. Para se ter idéia, basta citar que em 79% dos municípios não existe abatedouro de animais, em 90% não há frigorífico e em 57% não existe o serviço de vigilância sanitária.

Para atingir a meta estabelecida, estarão envolvidas três áreas de atuação do Ministério Público: consumidor, meio ambiente e acidentes do trabalho e defesa das vítimas. Entre as diretrizes fixadas para alcançar a meta estabelecida, está a de exigir do Poder Público a fiscalização efetiva da produção e comercialização de carne, leite e derivados, inclusive com a criação ou estruturação de sistema de vigilância sanitária municipal.

Também é diretriz a atuação contra a produção e comercialização irregulares de carne, leite e derivados, junto aos setores respectivos e mediante termos de ajuste e ações judiciais cíveis e criminais pertinentes. Além disso, o Ministério Público atuará perante a comunida-



de num processo de conscientização e educação do produtor/fornecedor e consumidor sobre seus direitos e deveres, e exigirá que haja notificação de doenças oriundas da ingestão de alimentos impróprios ao consumo na forma determinada por lei.

Ainda em relação aos alimentos, a atuação na área de defesa do meio ambiente estará voltada, entre outros pontos, para exigir a implantação das políticas públicas de controle e fiscalização ambientais e preservação dos recursos hídricos, bem como a adequada comercialização e utilização de agrotóxicos, além da destinação final das embalagens. E, quanto à saúde do trabalhador, é diretriz do Ministério Público atuar contra os danos causados à saúde pela inadequada utilização, manipulação e depósito ou des-

tinuação de agrotóxicos, bem como condições de saúde no trabalho no setor produtivo de carne e leite, mediante termos de ajuste e ações judiciais cíveis e criminais pertinentes. Também serão firmadas parcerias para mapeamento e fiscalização das atividades produtivas rurais, especialmente as que utilizarem agrotóxicos e se destinarem à produção de carne e leite.

TORTURA

Outra meta prioritária de atuação para o Ministério Público em 2002 é relativa à área criminal e diz respeito ao combate ao crime de tortura, cuja diretriz é intensificar a divulgação da Lei de Tortura. Desde abril de 1997, quando entrou em vigor a Lei nº 9.455, até este ano, foram oferecidas à Justiça, pelo Ministério Públi-

co, 27 denúncias contra pessoas acusadas de praticar tortura – em sua maioria, policiais civis e militares que, geralmente, atentam contra pessoas simples. Além disso, vale ressaltar que o Ministério Público de Goiás integra o Comitê Goiano contra a Tortura, instalado dia 12 de dezembro (veja matéria na página 6).

Entre as diretrizes gerais da instituição para este ano, está adoção de projetos especiais, notadamente para o enfrentamento dos problemas específicos dos grandes centros urbanos. A realização de audiências públicas nas diversas áreas de atuação do Ministério Público, a realização dos encontros regionais do MP e a celebração do Dia Estadual de Mobilização pela Garantia dos Direitos do Cidadão (22 de setembro) complementam as diretrizes gerais.

TORTURA NUNCA MAIS

MP tem 2 representantes no Comitê Goiano

Os colegas Edson Miguel da Silva Jr e José Fabiano Ito foram indicados pelo Ministério Público para integrar o Comitê Goiano contra a Tortura. O ato de instalação foi realizado dia 12 de dezembro, no auditório do Edifício-Sede do MP, com a presença de representantes de instituições e organizações não-governamentais. A iniciativa integra a ação nacional desencadeada pelo Ministério da Justiça que, em 30 de outubro, lançou campanha nacional visando sensibilizar a sociedade a denunciar a prática do crime de tortura. O comitê goiano foi instalado pela procuradora-geral de Justiça, Ivana Farina, integrante da Comissão Nacional de Combate à Tortura.

No plano nacional, a central de denúncias está sendo operada pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos, organização não-governamental (ONG) com a qual a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos assinou convênio de cooperação. Em Goiás, a ONG escolhida para atuar como central estadual de recebimento de denúncias foi o Instituto Brasil Central (Ibrace), que organizou, ao lado do Ministério Público, a formação do comitê goiano. As denúncias são feitas por telefone à central nacional (0800 707-5551).

A comissão nacional,

além de apurar denúncias de casos de tortura ocorridos no País, vai elaborar sugestões de mecanismos preventivos ou repressivos contra esse crime. A ação do governo federal foi desencadeada depois que a Comissão contra Tortura da Organização das Nações Unidas (ONU) pediu ao Brasil que puna com mais severidade os responsáveis pelos crimes de tortura e que reconheça, indenize e proteja as vítimas de tratamentos desumanos. Essas recomendações foram apresentadas no dia 17 de maio, em Genebra (Suíça), e o Brasil, que assinou a convenção mundial contra tortura em 1989, deve cumpri-las e apresentar dentro de um ano o resultado prático.



ARTE E SABER PRESENTES NA CAMPANHA

Uma exposição fotográfica e o lançamento de dois livros fizeram parte do lançamento, em Goiás, da Campanha Nacional contra a Tortura. A exposição *Direitos Humanos no Brasil e na Europa: Perspectivas e Atuação no Contexto de Violação e Conquista* reuniu 84 fotos que retratam situações de violência em diversos países do mundo.

Antes de chegar a Goiânia, as fotos (reunidas por ONGs, entidades ecumênicas e movimentos sociais) estiveram expostas no Rio de Janeiro, Porto Alegre,

Brasília, São Paulo, Recife e Salvador. Com isso, os organizadores quiseram apresentar ao público alguns recortes de situações exemplares, que entendem como violações de direitos humanos, além de ressaltar a importante atuação das entidades da sociedade civil a partir da indignação diante dessas situações.

Ainda para ajudar o público na reflexão sobre as diversas formas de violação dos direitos humanos, o Instituto Brasil Central (Ibrace) preparou o lançamento dos livros *Violência Policial:*

Tolerância Zero? e Violência no Trabalho, ambos produzidos pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) e editados pela Editora da Universidade Federal de Goiás (UFG).

O primeiro é uma coletânea de artigos que traçam o cenário da violência no Brasil, com destaque para o papel desempenhado pelas instituições policiais. O segundo é uma coletânea de artigos e ensaios sobre as manifestações de violência no trabalho e como se articulam teoricamente trabalho e violência.

PRIORIDADE ABSOLUTA

Criado Comitê Goiano contra a Redução da Idade Penal

Com o slogan **Prisão Resolve? Diga não à redução da idade penal. Diga sim ao cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente**, foi criado em Goiânia, dia 18 de dezembro, o Comitê Goiano contra a Redução da Idade Penal. A iniciativa partiu do Ministério Público de Goiás, por intermédio do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude e da Escola Superior do MP. A solenidade, realizada no auditório do Edifício-Sede, reuniu dezenas de representantes de entidades que, ao lado do Ministério Público, vão trabalhar para impedir a aprovação das emendas constitucionais em tramitação no Congresso Nacional que visam reduzir a idade penal para 16, 14 ou até mesmo 12 anos.



“Nossa intenção é fazer um abaixo-assinado contra esses projetos e levar à sociedade o máximo possível de informações sobre o ECA. Somente com o esclarecimento, as pessoas perceberão que prender um adolescente não funciona”, afirmou o colega Saulo de Castro Bezerra, coordenador do CAO da Infância e

Juventude. Um cartaz e um folder explicando os motivos da campanha começaram a ser distribuídos durante o lançamento do comitê, que realizará em fevereiro a primeira reunião, quando começarão a ser traçadas as estratégias de atuação.

Entre os presentes ao lançamento do comitê, estava

a representante do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Ruas, Jussara de Goiás, que relatou como surge a totalidade dos projetos que visam reduzir a maioria penal: por vontade de o parlamentar aparecer na mídia. É também com base nesse mesmo oportunismo que, segundo ela, projetos são colocados na pauta de votações do Congresso Nacional, mesmo que assuntos mais importantes e urgentes tenham de ser analisados por deputados e senadores. Jussara também apresentou os últimos números relativos à violência envolvendo adolescentes: em 2000, foram assassinados cerca de 1.500 menores de 18 anos, dos quais a grande maioria (pouco mais de 1.100) vítima de armas de fogo.

SEMINÁRIO DISCUTIU PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO

Numa promoção conjunta do Centro de Apoio Operacional de Acidentes do Trabalho e Defesa das Vítimas e Escola Superior do MP, foi realizado, dia 17 de dezembro, o seminário **Proteção ao Meio Ambiente do Trabalho – O Ministério Público e a Prevenção aos Acidentes do Trabalho**. Além da conferência sobre o tema Promoção da Saúde no Trabalho, proferida pelo vice-presidente da Associação Goiana dos Médicos do Trabalho, Oswaldo Eloy

Otero Chagas de Oliveira, o evento contou com mesas redondas e oficina na qual foram apresentadas as experiências na Bahia, Mato Grosso do Sul e São Paulo.

Coordenador do CAO de Acidentes do Trabalho, o colega Vilanir de Alencar Camapum Júnior, destacou que o Ministério Público goiano já vem atuando na prevenção de acidentes, mediante parceria com a Delegacia Regional do Trabalho, Secretaria de Estado da Saúde, INSS e outros órgãos

afins. Em 2001, depois de receber cópia de documentação dos acidentes de trabalho investigados pela DRT, foram instaurados inquéritos civis públicos para exigir a adequação das empresas às normas de saúde e segurança. Além disso, também realiza o mesmo procedimento quando toma conhecimento do acidente de trabalho por meio das ações de indenização e criminais.

Vilanir adiantou que, “como a questão de saúde e segurança tem de ser trata-

da como prioridade e projetos do setor público costumam demorar a ser implementados (quando não acontece de ficar só no papel), o Ministério Público desencadeará atividades direcionadas a exigir o cumprimento das normas de segurança e saúde com a brevidade que o tema exige, concitando governos estaduais e municipais a estabelecerem um calendário para a implementação das medidas, cuja efetivação será monitorada.”

INFORMAÇÕES LEGISLATIVAS

STF analisa Adin contra emenda à Constituição de Goiás

Por iniciativa do Partido dos Trabalhadores, o Supremo Tribunal Federal analisa, desde o dia 20 de dezembro, ação direta de inconstitucionalidade (Adin nº 2.587) contra a nova redação dada ao artigo 46 da Constituição do Estado de Goiás, introduzida pela Emenda Constitucional nº 29, de 31 de outubro de 2001. A emenda questionada atribui foro privilegiado por prerrogativa de função a procuradores do Estado, procuradores da Assembléia

Legislativa, defensores públicos e delegados de polícia nos crimes comuns e de responsabilidade.

O PT alega na ação que a alteração na Constituição Estadual subtrai dos mais de 260 promotores de justiça e do mesmo número de juizes de Direito o processo e o julgamento de crimes eventualmente praticados pelos titulares dos mencionados cargos. Para o partido, a emenda fere o princípio da isonomia previsto no artigo 5º da Constituição Federal, “porque confere tratamento

desigual a pessoas em posição idêntica”. Além disso, o PT argumenta que houve usurpação da competência privativa da União para legislar sobre Direito Processual.

Na ação, o partido sustenta ainda que a concessão de foro privilegiado também para os delegados de polícia pode contribuir para o aumento da impunidade policial, porque “dificultaria a apuração de crimes notadamente de tortura e de abuso de autoridade, estimulando práticas criminosas.



CONGRESSO, ENFIM, RESTRINGE IMUNIDADE PARLAMENTAR

O Congresso Nacional resolveu, enfim, dar uma demonstração de que, pelo menos em parte, está em sintonia com a sociedade.

Depois de renúncias de senadores e de denúncias e mais denúncias de envolvimento de deputados em corrupção, foi

aprovada e promulgada, dia 20 de dezembro, emenda constitucional que, com a alteração do artigo 53 da Constituição Federal,

restringe o instituto da imunidade parlamentar. Confira, abaixo, o que estabelece a nova regra.

Emenda Constitucional nº 35, de 20 de dezembro de 2001

Dá nova redação ao art. 53 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 53 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 53. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

§ 1º Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

§ 2º Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não

poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

§ 3º Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.

§ 4º O pedido de sustação será apreciado pela Casa respectiva no prazo improrrogável de quarenta e cinco dias do seu recebimento pela Mesa Diretora.

§ 5º A sustação do processo suspensa a prescrição, enquanto durar o mandato.

§ 6º Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

§ 7º A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva.

§ 8º As imunidades de Deputados ou Senadores substituirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 20 de dezembro de 2001

CAIXA DE PECÚLIO DA AGMP

Mais que patrimônio, questão de solidariedade

Mozart Brum Silva

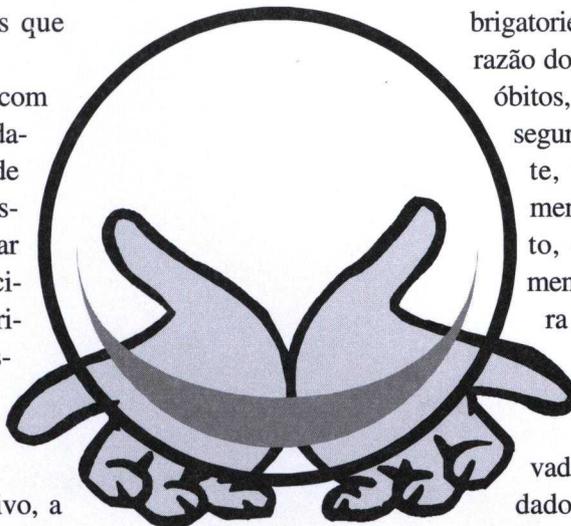
Após o recente falecimento, quase simultâneo, de três ilustres e saudosos associados, sete colegas pediram seu desligamento do pecúlio da AGMP. Outros, preocupados com a situação, chegaram a procurar a presidência da entidade para saber da viabilidade da nossa caixa – afinal, se a cada chamada houver uma redução no número de participantes, em breve muito poucos restariam no sistema de modo a continuar sendo ele viável. Assim, em virtude desses fatos e cumprindo deliberação de assembléia geral de “alguém escrever sobre o assunto”, passo a tecer alguns comentários sobre a importância do pecúlio, bem como lembrar qual seu regramento estatutário.

Como é do conhecimento geral, o pecúlio da AGMP é pago imediatamente após a morte do colega participante, sendo essa verba indispensável para os familiares do falecido, uma vez que estes nem sempre estão prontos para arcar com os gastos do funeral e outras despesas imediatas, e a pensão demora, no mínimo, dois meses para começar a ser paga. Portanto, o pecúlio tem sido o meio pelo qual os associados da AGMP podem amparar a família daqueles que dedicaram uma vida ao Ministério Público e contribuíram ao longo de sua existência com

os familiares daqueles que partiram antes deles.

A caixa de pecúlio, com existência desde a fundação da nossa entidade de classe, foi concebida justamente para assegurar à família do sócio falecido os recursos necessários para fazer face às despesas de funerais e outras de natureza urgente. Antes de caráter obrigatório e hoje facultativo, a caixa funciona da seguinte forma: a cada óbito de associado filiado ao pecúlio há uma chamada no valor correspondente a 5% sobre o padrão do vencimento do cargo de Promotor de Justiça de 1ª Entrância (hoje, Inicial); esse valor é multiplicado pelo número de associados inscritos, apurando-se, assim, o valor a ser pago, hoje chegando a mais de R\$ 140 mil. Vale registrar que, ocorrendo dois ou mais óbitos em um mesmo mês, a Associação providenciará o imediato pagamento e promoverá a chamada relativamente a um caso por mês, observando-se a ordem cronológica de sua ocorrência. Nesse ponto, importante lembrar que a média de chamadas nos últimos sete anos tem sido três anuais.

Evidente que o valor do pecúlio subiu nos últimos tempos em virtude dos aumentos vencimentais operados – em janeiro de 1995, foi pago o valor de R\$ 39.442,00; em janeiro de 1996, R\$ 84.555,00 e o último foi de R\$



147.747,00. Contudo, só continuará sendo viável com a adesão constante de novos associados, pois sem oxigenação não há plano de seguro que se mantenha. O que tem acontecido na AGMP é que, apesar de quase todos os associados no início da carreira se inscreverem no pecúlio, tem sido elevado o número de desfiliação quando ocorrem as chamadas. Essa situação chama bastante a atenção e demonstra a necessidade de cuidados especiais com o funcionamento do sistema, que, diga-se, hoje ainda é bom: há valores depositados na conta do pecúlio, o prêmio está em bom valor, é uma instituição sólida e, diferentemente das seguradoras, não há qualquer dificuldade no recebimento do prêmio. No entanto, seu aprimoramento é necessário para incentivar a permanência e a adesão.

A associação da magistratura estadual, que mantinha caixa de pecúlio no mesmo sistema da AGMP, mas com o-

brigatoriedade de filiação, em razão do elevado número de óbitos, optou por filiar-se à seguradora de grande porte, trabalhando atualmente com sistema misto, ou seja, chamadas mensais para a seguradora e por óbito quando ocorre o falecimento de associado com idade mais elevada. Estudos encomendados pela AGMP para corretora de seguros não apontam vantagens na adoção de sistema semelhante a esse, já que o grupo é bastante diferenciado. Contudo, a possibilidade de contribuição mensal é um desejo de boa parcela de colegas que não suportam ser “pegos de surpresa”.

Como visto, é hora de começarmos a pensar sobre o nosso futuro. Com calma e carinho vamos achar a solução adequada para manter o nosso pecúlio tão forte quanto a nossa Associação. A Diretoria que assumirá em breve a entidade terá que enfrentar o desafio de aprimorar a Caixa de Pecúlio e, para isso, contará com a lembrança dos colegas de que as chamadas nada mais são que uma reunião para prestar última homenagem a um irmão e ajudar sua família em momento tão difícil e que um pouco de cada um faz uma grande diferença para o próximo. Está lançada a discussão para toda a categoria, com a certeza que a participação será geral.

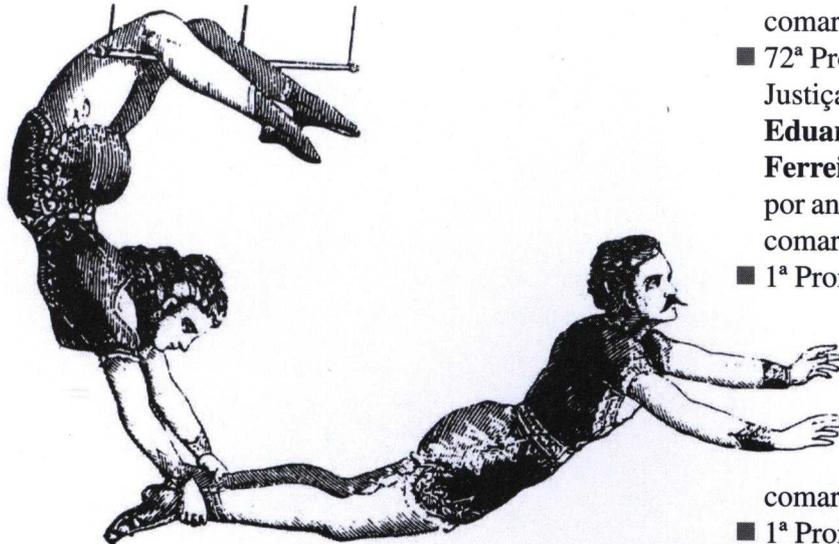
REMOÇÕES E PROMOÇÕES

As últimas movimentações na carreira

Confira, abaixo, as últimas movimentações na carreira,

aprovadas no final de 2001 pelo Conselho Superior do Ministério Público:

- 33ª Procuradoria de Justiça: **José Eduardo Veiga Braga**, promovido por merecimento (era o titular da 72ª Promotoria de Justiça de Goiânia e ocupa a vaga aberta com a morte do colega Ricardo Nunes de Carvalho)
- 29ª Procuradoria de Justiça: **Ruth Pereira Gomes**, promovida por antigüidade (era a titular da 23ª Promotoria de Justiça de Goiânia e ocupa a vaga aberta com



- a aposentadoria da colega Maria Augusta Afonso Mendanha)
- 5ª Promotoria de Justiça de Anápolis: **Emeliana de Souza Medeiros**, removida por merecimento da comarca de Mara Rosa
- 31ª Promotoria de

- Justiça de Goiânia: **Fabiola Marquez Teixeira**, promovida por antigüidade da comarca de Caldas Novas
- 36ª Promotoria de Justiça de Goiânia: **Nelson Vilela Costa**, promovido por merecimento da

- comarca de Piracanjuba
- 72ª Promotoria de Justiça de Goiânia: **Luís Eduardo Barros Ferreira**, promovido por antigüidade da comarca de Pirenópolis
- 1ª Promotoria de Justiça de Cristalina: **Fabiano de Souza Naves**, promovido por antigüidade da comarca de Formoso
- 1ª Promotoria de Justiça de Novo Gama: **Patrícia Teixeira Guimarães**, promovida por merecimento (substituta)
- Promotoria de Justiça Mara Rosa: **Francisco Bandeira de Carvalho Melo**, promovido por merecimento (substituto).

TOMA POSSE O NOVO CONSELHO SUPERIOR DO MP

Depois de eleito, no dia 14 de dezembro, o novo Conselho Superior do Ministério Público tomou posse no dia 17, durante reunião do Colégio de Procuradores de Justiça. A primeira reunião dos novos conselheiros está marcada para a primeira quinzena de fevereiro, quando será eleito o secretário.

Na eleição, foram definidos conselheiros os procuradores de justiça Aylton

Flávio Vecchi, Maria José Perillo Fleury, Eliane Ferreira Fávoro (escolhidos diretamente pelos promotores de justiça), Analice Borges Stefan e Orlandina Brito Pereira (escolhidos pelo Colégio de Procuradores de Justiça). O Conselho Superior é presidido pela procuradora-geral Ivana Farina e tem ainda como membro nato o corregedor-geral Rodolfo Pereira de Lima Júnior.

NOTA DE PESAR

O mês de novembro de 2001 teve momentos tristes para o Ministério Público, quando foi registrado o falecimento de três associados da Associação Goiana do Ministério Público. Primeiro, no dia 27, foi o colega Antônio Geofre Wanderley. No dia seguinte, mais duas mortes: dos colegas Edson Alves de Castro e Joaquim Prudêncio Arantes. Ficam aqui registrados o pesar da AGMP e de todo o Ministério Público goiano e a certeza de que eles muito contribuíram e lutaram pelo fortalecimento tanto de nossa entidade, mas, principalmente, da Instituição.



um outro mundo é possível

AGMP enviará a Porto Alegre quatro delegados para o FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

De 31 de janeiro a 4 de fevereiro, em Porto Alegre (RS), será realizado o 2º Fórum Social Mundial. A AGMP contará, na oportunidade, com quatro delegados – os colegas Abrão Amisy Neto e Jales Guedes Coelho Mendonça, indicados pela atual diretoria da AGMP, e outros dois que serão indicados pela diretoria que tomará posse dia 31. Durante o evento e a convite do governo gaúcho, a procuradora-geral de Justiça, Ivana Farina, será uma das expositoras do painel que trará dos direitos humanos, quando abordará questões relativas ao combate à tortura.

O Fórum Social Mundial é um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da

reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária centrada no ser humano.

O Fórum é organizado pelas seguintes entidades: Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais, Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos, Comissão Brasileira Justiça e Paz (da CNBB), Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania, Central

Única dos Trabalhadores, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, Rede de Justiça Social e Direitos Humanos e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Durante os dias de realização do Fórum, acontecerão diversas conferências, todas com o objetivo de mostrar propostas, plataformas e alternativas que estão sendo discutidas por redes, movimentos e organizações da sociedade civil que lutam contra a globalização neoliberal. Segundo os organizadores, cada conferência é um espaço de debates, de construção de consensos e de diversidade de propostas. É uma oportunidade de análise e de reflexão em torno dos eixos temáticos.

Duas questões valem ser ressaltadas. A primeira é que as alternativas propostas no Fórum Social Mundial contrapõem-se a um processo de globalização capitalista comandado pelas grandes corporações multinacionais e pelos governos e instituições internacionais a serviço de seus interesses. A segunda é que o Fórum reúne e articula somente entidades e movimentos da sociedade civil de todos os países do mundo, mas não pretende ser uma instância representativa da sociedade civil mundial nem excluir dos debates que promova os responsáveis políticos, mandados pelo povo, que decidam assumir os compromissos que deles resultem.

MARFAN É REELEITO À PRESIDÊNCIA DA CONAMP

Com a desistência da chapa Participação Democrática, foi eleita a chapa Ética e Trabalho para dirigir a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), tendo à frente o atual presidente da entidade, o procura-

dor de justiça Marfan Martins Vieira (RJ). A eleição foi realizada dia 5 de dezembro, em Brasília, e dela participaram somente os presidentes das associações estaduais.

Entre as propostas defendidas pela Participação De-

mocrática, destacavam-se a realização de eleição direta para a direção da Conamp, assim como a descentralização da entidade, com reestruturação do escritório em Brasília. Ao final, a candidata a presidente, Maria Tereza Uile (que preside a

Associação do Ministério Público do Paraná), anunciou que, em nome da unidade do movimento, a chapa retirava-se da disputa. Com isso e com 20 dos 29 participantes da assembléia, Marfan foi reeleito para seu segundo mandato.

Brevíssimas

SALÃO É ENTREGUE A ASSOCIADOS

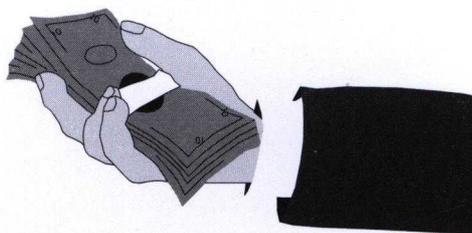
Totalmente reformado e com um visual bem mais prático e moderno, o novo salão social da AGMP foi entregue aos associados na noite do dia 14 de dezembro, durante a confraternização da categoria em comemoração ao Dia Nacional do Ministério Público. No total, a reforma custou R\$ 125 mil, cujo projeto foi desenvolvido por Walter e Athos Arquitetos, sob a execução da Primus Engenharia. Entre os serviços executados, destacam-se:

- construção de cozinha/bar para atender exclusivamente ao salão
- revestimento de parte do espaço com isolante termo-acústico
- instalação de central de ar-condicionado
- mudança no sistema de iluminação
- revestimento do palco, com instalação de difusor acústico
- troca total do piso por granito (adquirido diretamente da fábrica no Espírito Santo) e aplicação de polimento especial
- ampliação da área, com aproveitamento lateral e edificação de duas sacadas
- troca total do piso da área interna do bar da piscina
- alteração da saída de serviço, adequando-a para carga e descarga.

DIA 31 DE JANEIRO TEM ASSEMBLÉIA GERAL DA AGMP

Está marcada para o dia 31 de janeiro, a partir das 9 horas, em primeira convocação

(e às 10 horas, em segunda convocação), a Assembléia Geral Ordinária da Associação Goiana do Ministério Público. Dois assuntos estarão em pauta: a tomada de contas da Diretoria, com a apresentação do relatório anual de atividades, e a contribuição da AGMP para a Fundação Escola Superior do Ministério Público. A Diretoria da Associação conta com a participação maciça dos associados.



O QUE ROLOU PELO PAINEL DE NOTÍCIAS DO NOSSO SITE

Não foram poucas as informações inseridas nos últimos meses no **Painel de Notícias** existente no site da AGMP na internet (www.agmp.org.br). O painel é alimentado diariamente, sempre com temas de interesse do Ministério Público, bem como com as notícias do trabalho desenvolvido pelos colegas nas diferentes comarcas do Estado e a indicação de links para consultas mais amplas (como a da Reforma do Poder Judiciário). Confira algumas dessas notícias:

- Promotores de justiça de Luziânia insistem na suspensão das obras da Usina Corumbá 4
- 1ª Jornada Jurídica da Fesump foi sucesso absoluto (clique e confira matéria pública em O Popular)
- Segundo o promotor de justiça Murilo de Moraes

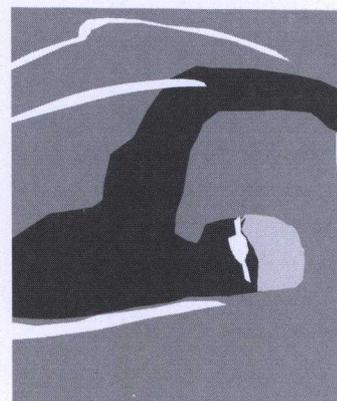
e Miranda, postos de Goiânia poderão ser multados se continuarem com alinhamento de peças

- Promotor de justiça Marcelo Henrique dos Santos, de Anápolis, levanta irregularidades na Fundação Jamel Cecílio
- Maurício José Nardini, promotor de justiça de urbanismo da capital, abriu ontem inquérito civil público para apurar irregularidades na atuação dos camelôs da Avenida Anhanguera
- STF finalmente publica decisão em mandado de segurança que garante ao MP a quebra de sigilo de contas bancárias de entes públicos
- STF decide, em HC de Goiás, que polícia não pode realizar busca pessoal com base em critério subjetivo

AGMP FIRMA CONVÊNIO COM A POUSADA

Fruto de convênio firmado no início de dezembro entre a Associação Goiana do Ministério Público e a Companhia Thermas do Rio Quente, os associados da AGMP passaram a contar com atendimento especial nas dependências do complexo da Pousada do Rio Quente, a começar pelo acesso gratuito nas dependências do Hot Park e do Parque das Fontes – para tanto, basta o associado apresentar sua credencial na entrada, onde receberá o cartão interno de consumo nas dependências do parque.

Caso o associado queira hospedar-se em qualquer um dos hotéis (Turismo, Pousada e Chalés), será oferecido desconto de 20% sobre a tarifa de balcão – as reservas deverão ser efetuadas diretamente na central de reservas da companhia, pelos telefones (62) 452-8550 ou 452-8090. O convênio é válido por três anos.



Brevíssimas

AGMP DOA ALIMENTOS ARRECADADOS EM ALMOÇO

A Associação Goiana do Ministério Público dou os cerca de 360 quilos de alimentos arrecadados durante o almoço beneficente realizado no dia 15 de dezembro. Entre os produtos arrecadados, estão arroz, açúcar, feijão, macarrão e óleo. As entidades beneficiadas, que contam com a participação de associados da AGMP em suas diretorias, foram o Lar de Jesus, que atende crianças carentes, e o o Solar Colombino, de assistência aos idosos.

MUDANÇA NO SERVIÇO ODONTOLÓGICO

Depois de vários anos atuando no Serviço Odontológico da AGMP, a Diretoria da Associação demitiu a odontóloga Vânia Maura Tavares. O preenchimento da vaga aberta se dará por concurso, cujas inscrições serão comunitárias oportunamente.

NOVAS ESTEIRAS

A AGMP providenciou a troca de duas esteiras da academia. A partir do dia 15, quando a academia reabrir, seus frequentadores notarão a diferença.

SAMP PASSA A REEMBOLSAR SESSÕES DE ACUPUNTURA

Em decisão tomada no final de dezembro, o SAMP/AGMP passou a reembolsar as sessões de acupuntura prescritas por médicos. A decisão é, sem dúvida, um importante avanço do nosso plano de saúde (quase nenhum outro plano adota sistema semelhante), pois vem reconhecer, como o próprio Conselho Federal de Medicina já reconheceu, a acupuntura como procedimento clínico. Confira, abaixo, o que diz a portaria que define a forma de reembolso.

Portaria SAMP/AGMP nº 001/2001

O Conselho Gestor do Serviço de Assistência Médica aos membros do Ministério Público – SAMP/AGMP, nos termos do artigo art. 15, I, do respectivo Regulamento, tendo em vista que a acupuntura, apesar de não ser coberta por nenhum plano de saúde, é procedimento clínico hoje reconhecido pelo Conselho Federal de Medicina – CFM, sem constar, entretanto, da tabela adotada pelo SAMP/AGMP (AMB/96), considerando, ainda, que o tratamento similar encontrado na citada tabela refere-se à fisioterapia, código 2505005-2,

RESOLVE estipular em R\$ 20,00 (vinte reais) o valor base para reembolso das sessões de acupuntura, ao qual deve ser aplicado o fator moderador de 10% (dez por cento), sendo indispensável a apresentação da prescrição do tratamento respectivo por médico devidamente inscrito no CRM.

Esta Resolução entra em vigor na presente data, devendo ser aplicada ao procedimento pendente que lhe deu origem.

Goiânia, 27 de dezembro de 2001.

Mozart Brum Silva
Presidente da AGMP

Max Esteves Pereira
Diretor do SAMP/AGMP

Valéria Cristina de Paula Magalhães
Membro do Conselho Gestor

João Lacerda Jubé
Membro do Conselho Gestor

Rogério Álvares de Faria Pereira
Superintendente Médico do SAMP/AGMP

Aviso nº 001/2001

Em virtude do elevado número de pedidos apresentados sem os requisitos estabelecidos no artigo 11 do Regulamento do SAMP/AGMP, o Conselho Gestor **AVISA** a todos os beneficiários do serviço médico que não serão recebidos pedidos de reembolso de sessões de fisioterapia e fonoterapia sem apresentação de solicitação médica prévia, bem como que as solicitações de reembolso de sessões de psicoterapia, que são cobertas apenas em casos emergenciais, deverão ser acompanhadas de relatório do psicólogo contendo, inclusive, o número de sessões a serem realizadas e em qual paciente.

Goiânia, 27 de dezembro de 2001.

Mozart Brum Silva
Presidente da AGMP

Max Esteves Pereira
Diretor do SAMP/AGMP

Valéria Cristina de Paula Magalhães
Membro do Conselho Gestor

João Lacerda Jubé
Membro do Conselho Gestor

Rogério Álvares de Faria Pereira
Superintendente Médico do SAMP/AGMP

A N I V E R S A R I A N T E S D E
J A N E I R O E F E V E R E I R O

JANEIRO

- 1** Heráclito D'Abadia Camargo Formosa
 Marcos Alberto Rios Rio Verde
- 3** Miryam Belle Moraes da Silva Aparec. de Goiânia
 Murilo de Moraes e Miranda Goiânia
- 5** Adrianni F. Falcão S. Almeida Goiânia
 Maria do Carmo D. Taufick Goiânia
- 7** Nelson Vilela Costa Goiânia
 Paulo César Torres Pires do Rio
- 8** Heliana Godoi de Souza Abrão Goiânia
 Marcelo André de Azevedo Anápolis
 Saulo de Castro Bezerra Goiânia
- 9** Waldir Lara Cardoso Santa Helena
 Yara Alves Ferreira e Silva Goiânia
- 10** Cleide Maria Ferreira Goiânia
 Estela de Freitas Rezende Goiânia
- 12** Helton de Moraes Sarmiento Goiânia
 José Corrêa Guimarães Goiânia
 Sérgio Luiz Delfim Santa Helena
- 13** Areovaldo Moreira Barra Goiânia
 João Porto Silvério Rio Verde
 Joás de França Barros Porangatu
 Publius Lentulus A. da Rocha Jussara
- 15** Antônia de Paula Rocha Goiânia
 Juliana de Almeida França Valparaíso
 Max Esteves Pereira Goiânia
- 16** Gescé Cruvinel Pereira Goiânia
- 17** Ari de Oliveira Goiânia
- 18** Joel Pacífico de Vasconcelos Formosa
- 19** Alfredo Mariano Goiânia
 Eduardo Correa Barbosa Goiânia
- 20** Sebastião Maia de Menezes Goiânia
 Sebastião Simões de Araújo Jataí
- 21** Daniel Pinhel Júnior Bom Jesus de Goiás
 Milton Marcolino dos Santos Jandaia
- 23** Demóstenes Lázaro X. Torres Goiânia
- 24** André Luiz P. do Lago César Goiânia
- 25** Aldair Maria de Souza Rocha Goiânia
- 26** Anália Rabelo Montes Elias Barra do Garças
 Divino Marcos de M. Amorim Goiânia
 Lauro Machado Nogueira Goiânia
- 27** Humberto Luiz Puccinelli Goiânia
 Laline Moreira dos Santos Goiânia
 Wilsomar Alves Moreira Palmeiras de Goiás
- 28** Alencar José Vital Goiás

- 29** Adriana Borges Torres Águas Lindas
 Antônio Geraldo Ramos Jubé Goiânia
 Luiz Carlos Garcia Goiatuba
 Marinete Couto Marinho Nery Nerópolis
 Marlem Gladys F. M. Jayme Goiânia
- 30** Decil de Sá Abreu Goiânia
 Dilene Carneiro Freire Goiânia
- 31** Maurício Alexandre Gebrim Vianópolis

FEVEREIRO

- 2** Márcio do Nascimento Aparec. de Goiânia
- 5** Luiz Mendes Ferreira Goiânia
- 7** José Antônio de Sá Trindade
 Marcelo Celestino de Santana Anápolis
- 8** Ângela Cristina dos Santos Goianira
 Terezinha de Jesus Paula Souza Caiapônia
- 9** Élzio Vicente da Silva Anápolis
 Keller D. Branquinho Adorno Goiânia
- 10** Ário Augusto de Brito Goiânia
 Evaristo Anania de Paula Jataí
 Maurício José Nardini Goiânia
- 11** José Antônio Scarpatti Luziânia
 Norma Branco F. da Silva Goiânia
 Sílvia Maria A. A. R. Bortone Caçu
- 13** Vilanir de A. Camapum Júnior Goiânia
- 14** Edilberto Martins de Oliveira Mossâmedes
 Villis Marra Gomes Pinheiro Goiânia
- 15** Arquimedes de Q. Barbosa Itumbiara
- 18** Walmir Martinez Sanches Anápolis
- 19** Myrthes de A. Guerra Marques Goiânia
- 20** Floracy Gomides Barreira Aparec. de Goiânia
 João Nunes Leite Goiânia
 Rodrigo Félix Bueno Padre Bernardo
- 21** Luiz Cláudio Veiga Braga Goiânia
- 22** Élvio Vicente da Silva Itapaci
 Fernando Gomes Rosa Fazenda Nova
- 23** Abrão Amisy Neto Goiânia
 Maris Amado T. de Moura Alto Paraíso
- 24** Deusivone Campelo Soares S. Luiz de M. Belos
- 25** Braz Gontijo da Silva Goiânia
- 26** Cláudia M. Rojas de Carvalho Acreúna
 Nestor Manoel de Souza Goiânia
 Ruth Pereira Gomes Goiânia
- 27** Maria de Fátima Simão Goiânia
- 28** Vanusa de Araújo Lopes Goiânia

MANTENHA SUA SAÚDE EM DIA

Saiba um pouco mais sobre a milenar acupuntura

Cada dia mais, como uma terapia alternativa, a acupuntura vem sendo buscada para o tratamento de diversos problemas de saúde. Para quem tem alguma dúvida sobre essa milenar técnica, seguem abaixo alguns esclarecimentos.

O que é?

A acupuntura é uma técnica de tratamento que consiste no estímulo de pontos determinados da superfície da pele. Podem ser utilizados nesse processo agulhas, ventosas, massagens e até o calor proveniente da queima da moxa, preparada a partir da erva artemísia.

Quando e onde surgiu?

Possivelmente antes da era cristã, na China. Para alguns historiadores, as agulhas de acupuntura seriam o resultado da evolução das lancetas usadas para perfurar bolhas ou pústulas. Para outros, a prática da acupuntura teria se iniciado a partir da experiência corriqueira de massagearmos o local dolorido para fazer passar a dor. De qualquer maneira, as evidências arqueológicas não permitem ter certeza quanto ao processo de formação do corpo de conhecimentos da acupuntura. Da China, ela se espalhou por vários países da Ásia, adquirindo características peculiares à cultura da região onde se estabelecia.

Para que serve?

Além dos casos de dor, várias doenças funcionais podem ser tratadas pela acupuntura. Dentro da concep-

ção chinesa, a doença é uma manifestação de desequilíbrio e a acupuntura seria uma forma de readquirir a harmonia perdida. Entre as doenças tratáveis pela acupuntura estão: dores em geral, especialmente do aparelho músculo-esquelético, gastrite, stress, distúrbios hormonais, insônia, asma, distúrbios menstruais, paralisia facial, sinusite, incontinência urinária. Para saber se a acupuntura é adequada para o seu caso específico, pergunte ao seu médico acupunturista.

Quando procurar um médico acupunturista?

De preferência, no início dos sintomas. Quanto mais recente o problema, maior e mais rápida a possibilidade de resolvê-lo. O lado preventivo da acupuntura consiste na possibilidade de ir contra a doença antes que ela se manifeste em sua plenitude, isto é, no estágio onde sabemos que estamos quase ficando doentes, mas ainda não há sintomas concretos, na fase de mal estar que precede a doença.

Posso misturar outros tratamentos com a acupuntura?

Não é proibido associar a acupuntura a outros tratamentos. Fisioterapia, remédios alopáticos, psicoterapia e homeopatia, geralmente são beneficiados pela associação com a acupuntura, ocorrendo desde a aceleração e a facilitação de processos terapêuticos até a redução das doses dos remédios.



A acupuntura dói?

Não deve. Eventualmente, pode-se acertar um nervo superficial ou um ponto mais sensível da pele, causando dor. Nesse caso, deve-se informar ao médico, que corrigirá a inserção da agulha. Tratamento doloroso é quase sempre relacionado a um mau profissional.

Quais os efeitos colaterais da acupuntura?

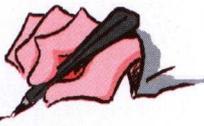
Alguns pacientes podem se sentir sonolentos e relaxados após a sessão. Em certos casos, pode haver a piora dos sintomas, que geralmente é seguida pela melhoria da condição do paciente. Pontos muito sensíveis podem se tornar dolorosos se manipulados em excesso, porém a dor resultante tende a melhorar com o passar do tempo.

Como é uma sessão de acupuntura?

Na primeira consulta, busca-se estabelecer o diagnóstico, tanto na visão ocidental quanto na visão própria da acupuntura. Os pontos são selecionados de acordo com o diagnóstico. Após a limpeza da pele com álcool a 75°, as agulhas descartáveis são inseridas de forma indolor e deixadas no local e retiradas depois de 15 minutos. Durante o período no qual as agulhas estão inseridas, recomenda-se ao paciente não se mover. As sessões posteriores são aproximadamente iguais.

Como a acupuntura age? É somente um analgésico?

O mecanismo de ação da acupuntura ainda não foi completamente elucidado. Sabe-se que o estímulo dos pontos leva à produção de substâncias que teriam ação sobre receptores do sistema nervoso (neurotransmissores e neuromediadores), e que o resultado final seria a normalização das funções alteradas. A acupuntura teria também ação anti-inflamatória por estimular a produção de corticóides pela glândula suprarrenal. A acupuntura é mais que um analgésico, combatendo a dor através da resolução do processo inflamatório que a causa. Há similaridades entre os efeitos da acupuntura e os causados pela serotonina, que é um neuromediador produzido pelo nosso cérebro.

Pah... buftm 

AGENDA AGRADOU

O modelo da Agenda 2002, distribuída pela AGMP a todos os associados, tem recebido bastantes elogios. Boa parte das agendas foi distribuída no dia da Assembléia Geral Ordinária da AGMP (14 de dezembro), quando registrou-se um alto comparecimento de eleitores à sede da Associação. Com isso, foi possível economizar uns bons reais que seriam gastos com a remessa pelos Correios. É bem verdade que houve quem brincasse que a distribuição era uma tentativa de comprar votos...

NA ESPANHA

O colega Flávio Cardoso Pereira, de Ceres, arrumou as malas e embarcou, dia 27 de dezembro, para a Espanha, onde este mês inicia curso de pós-graduação em Direito Penal da Universidade de Salamanca. O curso tem por objetivo o estudo da doutrina penal moderna, com a participação dos mais renomados penalistas da atualidade, como Claus Roxin, Francisco Muñoz Conde, José Cerezo Mir, entre outros.

DIA DE ELEIÇÃO ⁽¹⁾

Ninguém pode falar que não foram livres as eleições para a nova Diretoria da Associação Goiana do Ministério Público. Foram tão livres que se admitiu, inclusive, a presença de cabos eleitorais dentro da sala de votação a fim de conferir a lista daqueles que ainda não tinham comparecido para votar a fim de fazer os últimos contatos e, quem, sabe, cabular um votinho.

DIA DE ELEIÇÃO ⁽²⁾



Na entrada da AGMP, os associados que compareciam para votar eram saudados por um verdadeiro corredor polonês formado pelos colegas que integravam ou apoiavam chapas.

DIA DE ELEIÇÃO ⁽³⁾

Apenas e tão-somente um voto nulo foi registrado entre os 405 apurados. No caso, o voto foi anulado porque o associado (ou será associada?) decidiu escolher exclusivamente o colega Marcus Antônio, da chapa Unidade no Trabalho. Não é primeira vez que isso ocorre em eleições da nossa Associação. No último pleito, por exemplo, houve quem também quisesse eleger somente o colega Fernando Viggiano para a Diretoria. Coisas de fãs.



DIA DE ELEIÇÃO ⁽⁴⁾

As comemorações pela vitória da Unidade no Trabalho tiveram início logo após a proclamação do resultado – com uma boa cervejinha, pois ninguém é de ferro! – e prosseguiram à noite, durante a confraternização do Dia Nacional do Ministério Público. A colega Yara Alves não cansou de distribuir sorrisos e abraços a todos que chegavam para cumprimentá-la.



MAIS DO QUE FLECHADOS

No mês de dezembro, nada menos do que três colegas deixaram-se levar pelas flechas do Cupido e já estão devidamente casados.

Logo no início do mês, dia 1º, o colega Sebastião Marcos de Niquelândia, casou-se com sua Débora na Paróquia São José, na Praça do Cruzeiro, em Goiânia.

No dia 15, foi a vez do colega Élvio Vicente, de Itapaci, dizer sim ao lado de Marcela, durante cerimônia realizada na Igreja Maranatha, também em Goiânia.

E, por fim, no dia 22, a colega Jonisy, de Paranaguara, casou-se com Ricardo Parapiaiu, durante cerimônia celebrada na Igreja Matriz daquele município.

Aos novos casais, os votos da AGMP de uma vida feliz a dois.

Classificados

Quer vender, alugar, trocar? Este espaço está aberto à participação de todos os associados.
Basta enviar o texto de seu anúncio por fax ou por e-mail para a AGMP